

Índice

A. «Metabolismo com a natureza»	13
B. Trabalho escravo e trabalho em geral	17
C. O mito da liberdade e a civilização pirotécnica	23
D. Mundo moderno. A deslocação da exploração	39
E. Outras forças, outros fogos	57
Agradecimentos	77

Para Bruno Latour, *in memoriam*

«O incendiário é o mais dissimulado dos criminosos.»

Gaston Bachelard,
A Psicanálise do Fogo (1938)

A

«Metabolismo com a natureza»

Numa passagem memorável da sua obra principal *O Capital* (1867), Karl Marx definiu o trabalho humano como um «processo entre o homem e a natureza», um

processo no qual o homem regula e controla o seu metabolismo com a natureza por intermédio da sua própria ação. Ele confronta-se com a matéria natural como uma força natural. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, para se apropriar da matéria natural.¹

Guardando alguma distância histórica, parece legítimo ler estas declarações como o preâmbulo de uma antropologia energética generalizada, e mais do que nunca relevante para o presente — mesmo se as expressões de base «forças naturais» e «matéria natural» ainda parecem muito influenciadas pelo espírito fortemente materialista do século XIX. Particularmente essencial e inovadora é a expressão semimetafórica «metabolismo», com a qual se estabelece uma ponte entre os fenómenos biológicos e culturais. Na

¹ Karl Marx, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie* [O Capital. Crítica da economia política], primeiro volume (1867), Marx-Engels-Werke (MEW), volume 23, Berlim, 1962, p. 192.

medida em que o «metabolismo» tem lugar sob a forma de trabalho, ou seja, de dispêndio racional de força por parte do ser humano, ele abandona a esfera dos automatismos naturais, determinantes na fotossíntese ou na digestão do carbono e das proteínas; torna-se um elemento constitutivo daquilo que com razão se designa por «cultura», isto é, a essência do comportamento humano baseado em repetições, no conhecimento e no cuidado.

O que Marx não acentua especificamente nesta passagem é o facto de o encontro da «força» e do «material» não ser desencadeado pela ativação dos braços e pernas, das cabeças e mãos. A estes «poderes naturais» inerentes à «corporeidade» vai juntar-se, desde tempos pré-históricos, um agente extracorporal, sem o qual o chamado «metabolismo com a natureza» teria permanecido fixado a um nível vegetativo ou químico-microbiano, como acontece com os outros animais. Esse agente extracorporal é o fogo, o mais antigo cúmplice do *Homo sapiens* na sua saída do círculo das simples condições naturais. Ao mesmo tempo, foi uma das grandezas mais antigas que os homens conseguiram captar como manifestação do princípio transcendente da «força» e do «poder» — uma metáfora inicial de Deus, a par do vento, do raio e do Sol.²

A assimilação das substâncias naturais às necessidades humanas só se tornou possível em sentido restrito através da sua inclusão no círculo da utilização humana. Enquanto nas «sociedades primitivas» o cru já designava o que tinha ficado ligado à natureza, o cozido tornou-se a essência do assimilado, do transformado em uso humano pela natureza ardente, como mostrou Claude Lévi-Strauss num dos seus estudos mitológicos. Desta perspetiva, justifica-se a afirmação de que a técnica essencial — a par da fabricação de armas primitivas destinadas à caça e ao combate — sempre foi a pirotecnia. Uma vez que o tom marxiano é sempre de ter em conta em questões deste género, dever-se-ia completar esta afirmação com a seguinte frase: até agora, toda a his-

2 Roberto Calasso, *L'Ardore* [O Ardor], Adelphi Edizione, 2010.

tória da humanidade significa a história das aplicações do fogo. Foi o jovem Marx que, na sua tese de doutoramento referiu que Prometeu, na sua qualidade de portador do fogo, que retirou do carro do Sol para o entregar ao homem, foi «o mais eminente santo e mártir do calendário filosófico».³

O poder assimilador do fogo começa por se manifestar de uma maneira privilegiada na manipulação dos alimentos, tornando as peças de caça comestíveis para os seres humanos; sem a alquimia do calor não é possível a transformação dos cereais crus em pão. O domínio do fogo constitui o primeiro «x» da fórmula «força muscular mais x» que descreve o metabolismo do homem com a natureza através do trabalho. Constitui a energia diferencial que, na origem, estabelece uma distinção entre crus e cozinhado; além disso, o fogo separa o metal do minério em bruto e permite que o martelo do ferreiro molde o ferro incandescente em lâminas afiadas.

As expressões «vigor» e «matéria» remetem para os antigos conceitos gregos abstratos *dynamis* e *hyle*. Em Homero, *hyle* ainda designava de forma inequívoca coisas como madeira, bosque, floresta, enquanto em Aristóteles a antiga madeira se tinha tornado simplesmente a «substância», a «matéria» de que são feitas todas as coisas, o oposto geral da «forma» (*morphé, eidos*). Continua a ser digno de nota que o conceito de matéria da física e da metafísica clássica conserve, pelo menos a nível etimológico, uma recordação distante do primeiro combustível.

O regime metabólico, que marca as mais antigas civilizações humanas, continua a ser de longe — e continuará a sê-lo durante muitos milénios — determinado pelo espaço reduzido e pela relativa escassez da conversão de massa. Os caçadores, os pescadores, os guerreiros e as recoletoras que utilizam o fogo, ainda são demasiado fracos em quase toda a parte para destruírem a capacidade de reprodução das suas presas e os ciclos de crescimento

3 Karl Marx, *Differenz der demokritischen und epikureischen Naturphilosophie* [Diferença entre a filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro], MEW 40, Berlim: 1968 (1841), pp. 257-373, 263.

dos seus ambientes vegetativos. Pelo contrário, desenvolve-se desde cedo uma espécie de sentimento de reciprocidade da relação entre o homem e a natureza; este manifesta-se no impulso protorreligioso de prestar serviços regenerativos e de fazer sacrifícios ou dádivas de retribuição a um mundo concomitante de espíritos, antepassados e poderes numinosos. Por outro lado, os paleontólogos consideram provado desde há alguns anos que as tribos que emigraram para a Austrália há cerca de cinquenta mil anos, hoje chamadas aborígenes, com as suas caçadas provocaram a extinção dos animais de grande porte locais. Seria despropositado atribuir sumariamente aos antepassados dos homens locais qualquer coisa como uma consciência das relações ecossistémicas ou um sentido de preservação dos «recursos». Achados de ossos no sopé do rochedo de Solutré, perto da cidade de Mâcon, na Borgonha, atestam que os caçadores da Idade da Pedra, durante milénios, conduziram cavalos selvagens para o alto do penhasco, até os animais, dominados pelo pânico, saltarem para o abismo; caso não morressem de imediato, eram chacinados e estripados pelo grupo de caçadores. O produto da caçada garantia que teriam carne para vários dias, mas ainda não havia uma certificação que assegurasse o cumprimento dos critérios do bem-estar animal. O sopé do rochedo, constituído por ossos de cavalo petrificados, é testemunho de toda uma época de «economia» de desperdício arcaica, que de modo nenhum é possível encaixar nos mitos correntes sobre a unidade do homem e da natureza no Paleolítico. Onde surgem regras de preservação explícitas, como as leis de manutenção da floresta da China antiga ou as diretivas para a proteção da água do imperador Frederico II promulgadas na constituição de Melfi (1231), já estamos perante os primeiros sinais de uma inteligência ecológica elevada do ponto de vista cultural.